

## **Marcus Vinicius:**

Prezados companheiros e companheiras,

Tinha previsto realizar uma apresentação mais formal sobre o tema, mas abandonei o roteiro prévio, devido ao caráter “autorizativo” que teve sobre mim a fala de Marilena Chauí, na noite de ontem na conferência de abertura desse evento. Muitas vezes usamos a fala de pessoas como ela, que são inequivocamente reconhecidas pela sua lucidez para autorizar o nosso próprio pensamento que nos parece fora do lugar. A partir da fala da Marilena, podemos pensar a questão dos usos da expressão “direitos humanos” como um recurso específico para as lutas sociais no Brasil. Gostaria de refletir sobre dois ou três aspectos desta questão.

Referindo-se ao caráter declaratório dos Direitos Humanos, Marilena afirmou que originalmente eles são negativos. Com isso, ela quis dizer que os direitos humanos não fazem originalmente “parte do mundo” e que por isso, devemos positivá-los através da exposição legal, da sua inscrição nos códigos, nos acordos, nos tratados, o que nos permitiria depois garanti-los e estabelecê-los como norma social no campo jurídico.

Me impressiona o modo como, no Brasil, nós utilizamos esse aspecto “fraco” dos Direitos Humanos — “forte” do ponto de vista ético, mas fraco do ponto de vista de sua juridicidade — e abandonamos os recursos jurídicos “fortes”, já estabelecidos e instalados, para fazermos as nossas reivindicações de direitos.

Dou como exemplo a questão do direito à saúde. Hoje, o direito à saúde no Brasil é constitucional, de modo que quando ele é violado, mais do que burlar um direito humano, o que se está violentando é um direito constitucional, um direito “forte”. Às vezes, a luta pelos direitos humanos leva a um deslocamento de foco que nos afasta da luta pela ampliação da cidadania, luta esta que pressupõe mobilização e organização das pessoas. Tem nos preocupado a possibilidade de que a luta pelos direitos humanos seja tomada de um ponto de vista muito ideológico e genérico.

A luta pelos direitos humanos é um trabalho de aproximação, que visa a produção da força política que precisamos para construir e alargar a cidadania em nosso país. Fico pensando se ter cidadania é condição para ter os direitos humanos, ou se ter os direitos humanos é condição para se ter cidadania. Me parece uma boa questão, penso que valeria a pena inscrevê-la no nosso debate, para pensar inclusive se nós lidamos com a questão dos direitos humanos como uma questão de natureza estratégica, isto é, se a produção das inscrições jurídicas são meros recursos, ou se efetivamente os direitos humanos nos ajudam a construir instituições socialmente mais adequadas, estabelecendo outros patamares de relações éticas entre as pessoas.

Passemos para o segundo ponto. Se estamos pensando acerca da educação em direitos humanos, temos que ter em conta uma pedagogia, isto é, uma forma de transmitir os direitos humanos para o campo da cidadania. O Conselho Federal de Psicologia e os psicólogos estiveram distantes da luta pelos direitos humanos durante muitos anos, é muito

recente para nós. Nos últimos dez anos, percebemos a importância que este tema teria para nosso trabalho e sua contribuição para transformar nossa própria profissão. Para isso, temos realizado processos de mobilização com nossos colegas em congressos e eventos, onde efetivamente estamos promovendo a difusão de um conhecimento acerca dos Direitos Humanos. Em todo evento que realizamos, há sempre um momento em que nos reunimos e fazemos alguma coisa que implique diretamente o corpo, a vida, o desejo, o interesse e a intenção das pessoas.

Nossa pedagogia pressupõe a ação direta em defesa dos Direitos Humanos como um componente ineliminável do nosso processo de aprendizagem, como forma de dar consequência e assumir responsabilidades concretas em relação a estes temas.

Desse modo, buscamos transmitir para os nossos colegas o tema das relações entre psicologia e direitos humanos, explorando principalmente os meios pelos quais a psicologia contribui para os processos de produção e manutenção da ordem. Mais do que estabelecer diretrizes amplas para a atuação dos psicólogos, nos interessa particularmente evidenciar que tudo o que existe na sociedade pode operar em favor da promoção de uma cultura dos direitos humanos, do processo de expansão de um novo patamar ético de relações, ou, ao contrário, pode produzir efeitos nefastos. Nós costumamos dizer que “cortamos na própria carne”, pois não temos piedade de examinar se nossas práticas profissionais estão a serviço de uma coisa ou de outra.

Entendemos que é necessário criarmos e estabelecermos instrumentos de difusão dessas idéias através de cartazes, um meio barato de nos comunicarmos, e de livros, que têm colocado à disposição dos nossos colegas os materiais fundamentais para que eles possam se informar. Nós achamos que se cada grupo profissional “tomasse conta da sua casa”, do ponto de vista da difusão dos temas dos direitos humanos, se nós pudéssemos exercitar estas pedagogias através de processos de intervenção, já seria um grande serviço prestado.

Consideramos nossas experiências bastante modestas, mas entendemos que é uma forma de construir, junto ao nosso grupo profissional, uma ampliação da consciência, ao mesmo tempo que buscamos envolvê-lo concretamente num conjunto de lutas que não são corporativistas — inclusive repudiamos este grande mal que são os corporativismos e as lutas por privilégios na sociedade brasileira.

Estou advertido quanto à possibilidade de que os grupos de classe média brasileiros, com a melhor das intenções possíveis, muitas vezes possam fazer da luta pelos interesses dos oprimidos um meio de vida. Sei que entre nós não se trata disso, mas é preciso que tenhamos esta atenção permanente, este cuidado em perceber se ao servirmos a essas causas, não estamos servindo eventualmente a processos de reprodução de classe de grupos que se tornam os “especialistas” e fazem da causa mero recurso de interesses particulares.

Entremos no tema que envolve a questão que nos trouxe aqui. No Brasil não existem dez ou cem questões sociais. Mais uma vez, recorro a Marilena Chauí para dizer que no Brasil existe uma só questão, a questão democrática, isto é, o modo como nós realizamos a questão democrática. O modo como a experiência social da democracia se

expressa entre nós. A realização da questão democrática passa pelo modo como a sensibilidade democrática e a subjetividade se inscrevem na experiência da igualdade e co-participação social. Penso que o Brasil desde sempre tem sido dividido entre os “desprezíveis” e “aprazíveis”, “aprazíveis” os que merecem apreço, “desprezíveis” os que merecem desprezo. Muitas vezes, na sua relação com o outro social, o brasileiro realiza uma operação mental onde busca identificar o *status* do seu interlocutor, para saber como se posicionar socialmente diante desse sujeito. Se com desprezo ou com deferência. Ora, quando digo que há uma questão democrática é porque o problema se refere ao modo como a luta pelos direitos humanos nos ajudam a construir nossa democracia, e não o contrário.

Assim, chegamos a um ponto que não podemos negligenciar nunca: não só no Brasil, mas também na América Latina, vivemos sob a égide do monopólio dos meios de comunicação. O interessante no Brasil é que os grupos que detêm esse monopólio mantêm uma relação explícita com o poder político. Assim, a TV Bahia pertence ao Antônio Carlos Magalhães, a TV Mirante, por sua vez, pertence ao Sarney, para dar exemplo dos casos mais escandalosos onde os meios de comunicação são meros recursos privatizados dos interesses de um grupo político dentro da sociedade. Gostaria, assim, de apontar que se a questão central em nosso país é a questão democrática, dentro da luta democrática a questão central é a democratização do acesso aos meios de comunicação.

Nós do Conselho Federal de Psicologia participamos ativamente da executiva do Fórum Nacional pela Democratização. Nos perguntam o que fazemos num fórum, freqüentado por jornalistas, radialistas e pessoas ligadas às rádios comunitárias. Uma vez um colega, na melhor das intenções, tentou explicar ao público a presença dos psicólogos no Fórum, alegando que nós nos comunicamos com nossos clientes. Ele tentou resolver o enigma e acabou simplificando muito. E, efetivamente, a questão principal que nos move a essa participação é a questão da democratização efetiva dos meios de comunicação. Porque nós não podemos produzir uma sociedade democrática onde toda a informação difundida é produzida a partir de certos interesses de natureza estritamente privada, dos interesses do grupo familiar, das oligarquias específicas que comandam o poder político num determinado estado.

Mas, principalmente, o que nós esclarecemos a esse colega que pensava que o tema da comunicação em psicologia envolvia a relação do psicólogo com seu cliente, é que nós propomos uma reflexão acerca do tema dos direitos humanos em todos os lugares em que participamos e intervimos. A partir da nossa matriz civilizatória valorizamos uma certa matriz de pensamento racional, que alude a uma dimensão da objetividade. Podemos dizer que culturalmente estamos tomados, de alguma maneira, pela positividade, que também pode ser pensada como objetividade.

Estamos falando do mundo das quantidades, das dimensões, o mundo objetivo. Aliás, todo nós gostamos às vezes de pedir que o outro seja “objetivo”, há uma grande demanda em todos os lugares para que sejamos “objetivos”. Mas afinal qual é a questão objetiva? Não poderia ser diferente no campo do direito. Exatamente porque a matéria jurídica busca os universais, busca a possibilidade de uma referência abstrata que possa servir para todos, é natural que o direito tenha uma perspectiva de positividade.

Ao direito interessa a regra que pode ser cumprida por todos. No contexto jurídico, a regra não pode dar margem a duas ou três interpretações, mas fixar um modo de interpretação consensual. E isso de certa forma se reflete nos direitos humanos, quando o tema valoriza certas dimensões das explicitações objetivas e positivas.

Nós, psicólogos, devemos sempre comparecer nesse campo, chamando atenção para as dimensões subjetivas que atravessam os fatos e relações que se estabelecem na sociedade. Para além da condição de cidadão, nós somos também sujeitos da fala, da comunicação, da relação, dos afetos, das emoções, enfim, sujeitos de um conjunto de experiências que são tão fundamentais para determinar o curso da história, quanto às expressões que assumem objetivamente esses sentimentos.

É só examinarmos o conteúdo das lutas étnicas que são travadas hoje no mundo inteiro, de forma encarniçada, para constataremos a existência de certas dimensões de subjetividade, de sentimentos, de pensamento, de identidade, de referência afetiva que contaminam essas lutas e trazem certas impossibilidades para a produção do entendimento e do acordo. Nós não podemos viver num mundo onde tudo é subjetivo, tudo é relativo, mas também não podemos desprezar o componente da subjetividade que sempre se inscreve nas relações entre os homens.

De alguma maneira, isso introduz para nós a importante questão dos meios de comunicação como poderosos instrumentos da produção das subjetividades e das identidades culturais. Acredito que este seja um tema extremamente preocupante, porque se trata da produção das configurações das pessoas que vamos ser, através de certas moldagens que derivam da massiva e intensa exposição a determinadas mensagens e recursos comunicacionais.

De certa maneira, o monopólio das comunicações que tem como expoente maior a Rede Globo de televisão, faz com que todos os jovens do Brasil inteiro tenham a zona sul do Rio de Janeiro como referência modelar para as suas identidades. Nenhum demérito para a zona sul do Rio de Janeiro, mas, efetivamente, é terrível que o único modelo de juventude exposto e sistematicamente trabalhado sobre os jovens de todo país seja esse modelo. É terrível que todos os jovens brasileiros se sintam inadequados sendo jovens manauenses, potiguares ou goianos, porque eles não tem o sotaque, a postura e a sociabilidade aos modos do jovem do Rio de Janeiro.

Existe um verdadeiro massacre de configuração das subjetividades, quando todos nós ficamos ao bel prazer da capacidade dos nossos narradores de histórias, que são os roteiristas, diretores e os que respondem pelos conteúdos na televisão. Estive participando recentemente de um fórum da TV Globo/Canal Futura no Recife, onde chamávamos atenção para o problema dos contadores de história.

E verdade que aos poucos esta questão está mudando, pelo menos no cinema nacional, com filmes como “Amarelo Manga”, “Cidade Baixa”, “O homem que copiava”, ou seja, um outro tipo de produção que começa a insinuar referências imagéticas nas quais o indivíduo pode identificar seu horizonte de experiências.

O principal produto que os EUA exporta efetivamente para produzir a configuração ideológica e a hegemonia mundial são as estórias de todos os segmentos do povo americano, narradas por bons contadores de estória através do cinema. Aliás, como eles contam muitas estórias, podem explorar todos os segmentos: os mexicanos, os negros...

Quem são nossos contadores de estória, quem é a Glória Perez, o Benedito Ruy Barbosa, quem são essas pessoas e qual a capacidade delas de contar estórias na perspectiva dos sujeitos típicos que vivem no interior do nosso país, que é a maior parte da população? Sempre que eles contam suas estórias fica meio falsificado na perspectiva do sujeito que assiste, pois ele sabe que não é bem assim. É uma criação, uma ficção, mas sempre fica um tanto caricato.

Através deste comentário pretendo ilustrar a importância de analisarmos os meios de comunicação e seu impacto nos modos de produção da subjetividade e das identidades de determinados grupos. Um bom exemplo é o filme de Joel Zito, “A negação do Brasil”, um belíssimo trabalho que conta a história da presença dos negros nas novelas da Globo. Desgraçadamente, em todas as novelas, os negros sempre estiveram na cozinha. Agora, a Rede Globo tomou o cuidado de produzir um núcleo popular, mas percebe-se que essa medida é uma estratégia politicamente correta. Não há verdade na cena exibida porque ela não traduz a verdade da luta desses povos, da superação do cotidiano de seus modos de vida.

Essas preocupações alimentam nosso trabalho em direitos humanos. Nesse sentido, contraditoriamente, produzimos junto ao Canal Futura, que também faz parte do mesmo grupo criticado, mas que tem uma perspectiva diferenciada, uma série que se chama “Não é o que parece”, a psicologia na TV mostrando as dimensões subjetivas do cotidiano. Foi um trabalho interessante, onde refletimos acerca de temáticas da experiência social brasileira, através de uma produção que respeita a inteligência das pessoas, que dialoga com elas e que traz o povo, tal como ele é, para dentro de um programa de televisão, sem explorá-lo de forma caricata, sem se utilizar de fórmulas de interpretação politicamente corretas.

Ao contrário, nos interessa chamar as pessoas a desconfiarem das coisas tal como elas nos parecem. Mais do que levar uma mensagem prescritiva, insinuando o que deve ser, ou como deve ser, nós tentamos construir uma experiência de compartilhamento da vida social sob um determinado patamar ético. Modesto, este material tem sido apontado hoje, por várias organizações e movimentos sociais como um importante recurso para a produção de reflexões orientadas na direção da construção de uma cultura de Direitos Humanos.



[www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br)